

ADunicamp

Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas

Nº 10 - Segunda-feira, 4 de julho de 2005

www.adunicamp.org.br / Informações: (19) 3788-2470

Diretores da Adunicamp demitiram-se

No dia 28 de junho, alegando centralização de decisões pela presidência, seis diretores da Adunicamp protocolaram sua demissão: Maria Cristina B. Wutke, Mauro Antônio Pires D. Silva, Maria Laura T. Mayrink-Sabinson, Tânia Maria Alkmim, Esdras Rodrigues da Silva e Giocondo Mário Negro Filho.

O momento político atual exige que a entidade continue atuante em várias frentes: na defesa da Universidade, mantendo-se na luta para barrar a reforma universitária em andamento e por aumento de recursos na LDO estadual; na defesa das condições salariais e de trabalho e dos direitos de docentes e funcionários; na defesa de maior democratização da Universidade Pública. A atual diretoria da Adunicamp intensificou a articulação com as demais entidades do Fórum das Seis e com o movimento docente nacional, participando intensamente das atividades promovidas pelo Andes-SN. Esta articulação aumen-

ta nossa responsabilidade com as demais entidades.

Permanecem conduzindo a entidade os diretores Maria Aparecida A. Moysés, Alba Regina M. Souza Brito, Paulo Cesar Centoducatte e Plínio de Arruda Sampaio Jr. Surpreendidos, lamentamos a saída dos diretores, mantendo nosso compromisso com os docentes da Unicamp.

É importante que a Adunicamp permaneça mobilizada e articulada ao contexto político atual.

Para garantir a manutenção da qualidade da atuação, tanto administrativa como política, que tem caracterizado a Adunicamp, convidamos nossos filiados a discutirem, na Assembléia do dia 7 de julho, propostas de reestruturação de gestão da entidade, incluindo a possibilidade de antecipação de eleições.

ASSEMBLÉIA GERAL DE DOCENTES

Dia 7 de julho (quinta-feira), às 12h00, no auditório da Adunicamp

PAUTA:

- 1) Reestruturação de gestão da Adunicamp;
- 2) Ações na ALESP para aumento de recursos na LDO;
- 3) Repercussões da PEC paralela sobre a aposentadoria de docentes: informes da Assessoria Jurídica da Adunicamp.

Momento hist

aprovado relatório com aumento de rec



No dia 30 de junho, mais de 500 docentes e funcionários das universidades estaduais e do Centro Paula Souza lotaram o Plenário Franco Montoro para participar de mais um momento histórico na Alesp: na votação da Comissão de Finanças e Orçamento sobre a LDO 2006, foi aprovado o relatório oficial, que acatou a proposta de aumento de dotação orçamentária para as três Universidades Estaduais e para o Centro Paula Souza.

Conforme vimos anunciando em boletins e assembleias, seria impossível, na atual correlação de forças na Alesp e no governo estadual, conquistarmos a elevação para 11,6%, nossa bandeira histórica, por ser o percentual de ICMS repassado às universidades nos quatro anos anteriores à autonomia de gestão financeira. A emenda inscrita no relatório oficial é o aumento da cota-parte para 10% do ICMS, porém com um detalhe fundamental: o cálculo será obrigatoriamente sobre o ICMS integral, o que significa que o governo não mais poderá descontar os recursos destinados à habitação da base de cálculo, ou qualquer outra artimanha contábil. Lembremos que o desconto da habitação tem representado um confisco de aproximadamente 2% do orçamento das universidades. Assim, se o relatório for aprovado em

plenário, os recursos das universidades serão aumentados em quase 2,5% ao ano, o que representará, de imediato, um alívio para as instituições e, em especial, para nossos salários.

Este é um fato de grande relevância em nossa luta em defesa da Universidade Pública, que inclui a garantia de financiamento público adequado. **É importante destacar que há 12 anos não conseguíamos que nossas propostas fossem acatadas pelo relator da LDO.** Nas duas vezes em que nosso movimento conquistou o aumento de recursos para as Universidades – dos 8,4% iniciais para 9% e depois para os atuais 9,57% – ocorreu uma especial conjunção de fatores: uma forte mobilização nossa, a atuação dos reitores junto ao governo e aos deputados e um ambiente político que propiciava maior sensibilidade, ou disponibilidade, dos parlamentares a nossas reivindicações. Nas duas vezes, o primeiro resultado concreto desta conjunção foi a inclusão, no relatório oficial sobre a LDO, de emendas propondo o aumento da cota-parte.

A importância desta conquista explica-se pelo fato de que este é o relatório que vai a voto no plenário; inverte-se, assim, a situação: os deputados submissos ao governador e, por isto, contrários ao aumento de recursos para a educação superior pública, deverão se expor, destacando as emendas e votando contra. Esta exposição pública a seus eleitores é um dos pontos que contam a nosso favor e devemos explorá-lo, pressionando os parlamentares de nossa região de todos os modos possíveis.

O presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, deputado Caldini Crespo e o relator da LDO, deputado Edmir Chedid desencadearam, em conjunto com outros membros da comissão, em especial os deputados Enio Tatto e Mário Reali, um processo de discussão da LDO enviada pelo governador com a sociedade civil, organizando seis audiências públicas,

Histórico na LDO: Recursos para Universidades e Paula Souza

Fotos: Daniel Garcia/Adusp

uma delas em Campinas, antes de concluir o relatório.

O relatório apresentado à Comissão acatou 691 emendas de parlamentares de todos os partidos (em 2004, foram apenas pouco mais de 200) e demandas apresentadas nas audiências, buscando, segundo o relator, “uma diretriz que não engesse o governo mas contemple propostas objetivas e claras que reflitam os desejos de transformação da sociedade”.

Sintomaticamente, os deputados alinhados ao governo que integram a Comissão, liderados por Roberto Engler, não participaram de nenhuma audiência nem mostraram disponibilidade para receber os representantes do Fórum das Seis, que há mais de um mês ocupam todos os dias auditórios, gabinetes e corredores da Alesp. Mantendo sua linha de conduta, o deputado Roberto Engler, mesmo chegando atrasado à sessão, que começou pontualmente às 10h00, apresentou um relatório alternativo e mostrou a todos seu claro objetivo de tumultuar a sessão, no que foi seguido por outros, em especial o deputado Vitor Sapienza. Não conseguiram e a votação foi iniciada, com o resultado a nosso favor: 5 a 4!

Votaram conosco: Caldini Crespo, Edmir Chedid, Mario Reali, Enio Tatto e Jorge Caruso. Votaram contra: Roberto Engler, Vitor Sapienza, Paulo Sérgio e Waldir Agnello.

Temos clareza de que esta é uma vitória parcial, por dois motivos.

O primeiro é que precisamos garantir, em plenário, a aprovação da deliberação da Comissão de Orçamento e Finanças. Cabe a nós, agora, mantermos nossa mobilização e nossa presença nos gabinetes dos deputados, na Alesp e em suas bases eleitorais, comprometendo-os com a aprovação do relatório.

O segundo motivo é que, mesmo aprovada, esta proposta não representa o atendimento integral de nossa reivindicação histórica, de 11,6% para as Universidades e 2,1% para o Centro Paula Souza. Po-



rém, é inegável que será uma grande conquista e que é exatamente assim, com conquistas parciais, que temos avançado no aumento da dotação orçamentária desde a autonomia de gestão, que previa recursos da ordem de 8,4%.

No próximo ano, e no próximo, e ainda no próximo, manteremos nossa mobilização, defendendo a Universidade Pública, com garantia de financiamento público.

A previsão de parlamentares que têm apoiado nossa luta é de que a votação em plenário poderá avançar além da primeira semana de julho. Todos têm enfatizado a importância de nossa presença na Alesp, a força de nossa mobilização contra a força de “argumentos” do governador. Afinal, 2006 será um ano eleitoral e os deputados sabem que professores universitários são excelentes formadores de opinião. Está na hora de lembrarmos isto a eles.

**Participe! Nossa luta
está muito perto da vitória!**

**O futuro da Universidade Pública
depende de nós!**

Confira alguns avanços contidos no relatório da LDO:

Em relação às Universidades e Centro Paula Souza:

- ✓ aumento de 30 para 31% da receita tributária líquida para a educação em todos os níveis;
- ✓ aumento de 9,57% para 10% do ICMS para as Universidades (destacando no texto que a cota-parte deve ser calculada sobre a integralidade do ICMS, o que significa excluir o desconto da habitação, que atualmente confisca aproximadamente 2% do orçamento das três universidades);
- ✓ instituição de cota-parte de 1% do ICMS integral para o Centro Paula Souza;
- ✓ supressão do artigo 29, que autoriza a retenção pelo governo dos 5% patronais que as universidades deveriam repassar ao Ipesp;

Em relação a outras demandas:

- ✓ obrigatoriedade de revisão anual dos salários do funcionalismo estadual (cumprindo o disposto na Constituição!);
- ✓ regionalização de investimentos, permitindo o acompanhamento e fiscalização pela população;
- ✓ obrigatoriedade da contrapartida do governo para o Iamspe, inicialmente no valor de 0,25% da folha de pagamentos do funcionalismo estadual, dobrando a cada ano, até atingir os 2% patronais.

Conheça o site da Adunicamp:
www.adunicamp.org.br

PEC paralela deverá ser promulgada em 5 de julho

A PEC paralela deverá ser promulgada em sessão conjunta do Congresso Nacional no dia 5 de julho.

Relembrando: esta PEC recupera alguns direitos previdenciários cassados pela contra-reforma da previdência, realizada pelo governo Lula da Silva em 2003. Entre esses direitos que se tentou recuperar, destaca-se a **paridade com o salário do pessoal em atividade** para os funcionários que já haviam ingressado no serviço público antes da reforma de 2003.

O texto original da PEC paralela foi aprovado pelo Senado no início de 2004; encaminhado à Câmara, que somente apreciou e deliberou sobre a matéria no último mês, com modificações. Por isto, o novo texto necessitava ser novamente apreciado e aprovado pelo Senado, o que aconteceu no dia 30 de junho.

Pela importância desta matéria para a vida da maior parte dos docentes da Unicamp, o assessor jurídico da Adunicamp esclarecerá estas questões na Assembléia de 7 de julho (quinta-feira).